



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 22/2017

- 333 -

-----Ata da reunião ordinária realizada aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete.-----

-----Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. Aprovação da ata da reunião anterior.

2. Período Antes da Ordem do Dia.

3. Ordem do Dia.

3.1 Conhecimento da informação nº 26/2017/ABSP, datada de 13 de novembro de 2017, referente às aquisições de serviços 2016/2017 – Comparativo.

3.2 Conhecimento e decisão sobre a informação registo nº 3212, datada de 10 de novembro de 2017, do Gabinete de Educação, Juventude e Ação Social, referente à comparticipação na aquisição de medicamentos.

3.3 Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas relativas à utilização do Auditório do Centro Cívico, formulado pelo Projeto Mais Social.

3.4 Deliberação sobre a informação nº 3377, datada de 27 de novembro de 2017, referente à concessão de apoios financeiros no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Pessoas Coletivas e/ou Singulares com Atuação Recreativa, Cultural, Desportiva, Social ou de outra Natureza.

3.5 Deliberação sobre a alteração nº 15 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Aprovação da ata da reunião anterior.-----

-----A ata da reunião anterior não foi aprovada, tendo em conta algumas correções apresentadas pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, pelo que será novamente presente na próxima reunião de Câmara para aprovação.-----

-----O Senhor Presidente aproveitou para informar o Senhor Vereador Francisco Elvas da prática desenvolvida pelos anteriores executivos relativamente à correção das atas das reuniões



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de Câmara, questionando o Senhor Vereador se era do seu acordo a forma aplicada, tendo o mesmo aceitado a regra já em uso.-----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente começou por dar conhecimento da reunião da Associação Geopark Estrela, em Gouveia, realizada no dia anterior. Da ordem de trabalhos constavam vários pontos, designadamente, a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018, o Plano Estratégico para o ano de 2018 e seguintes, e diversas ações a desenvolver em 2018.----- Foi também dada informação sobre a apresentação da candidatura à UNESCO, com garantias de algum sucesso e foi, ainda, analisada a reapreciação da localização da sede da Associação Geopark Estrela, tendo questionado os critérios definidos para a localização pois, sendo uma reapreciação, partia do princípio que já haveria uma localização definida anteriormente; pela exposição do Presidente da Associação e dado que o ponto não era tão objetivo quanto isso, uma vez que o projeto ainda se encontra em fase de elaboração, percebeu-se que todos os trabalhos seriam sedeados no Instituto Politécnico da Guarda (IPG). A marcação de eleições dos órgãos sociais também foi um dos pontos discutidos na reunião, pois para se definir a localização da sede de uma associação, deve a mesma estar devidamente constituída; assim sendo e sob sua proposta, as eleições irão realizar-se dentro dos próximos três meses. Por fim, foi entendido e assumido por todos que, durante o período de apreciação da candidatura, não sejam levantados problemas relacionados com a definição da localização da sede porque, a haver discordância por parte de um só município e, por conseguinte, deixar o processo, pode não haver aprovação da referida candidatura por parte da UNESCO. Entretanto, todos serão chamados à discussão, seja nas reuniões de Câmara, seja nas sessões da Assembleia Municipal, para recolha de elementos sustentáveis e devidamente fundamentados, necessários à definição da localização da sede; naturalmente alguns municípios terão mais condições do que outros, nomeadamente, no que toca à total abrangência, em termos de território, pelo Geopark Estrela.-----

De seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Cardoso tomou da palavra para colocar algumas questões: em primeiro lugar e sobre as requisições comunicou ao Senhor Presidente que, em 25 de setembro último, tinha feito um despacho no sentido de não se efetuarem mais requisições, exceto se houvesse algum assunto muito urgente e inadiável, pelo que depois dessa data não foi emitida mais nenhuma requisição; depois informou que, sobre o livro entregue na reunião anterior, verificou ter havido uma confusão da sua parte, pois o livro do Dr. José Adelino não versava a matéria por si descrita, existindo outro livro que cede ao Senhor Presidente; sobre a taxa de direitos de passagem e com base na informação recebida, confirma-se que os



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

montantes são bastante irrisórios, sendo quase simbólicas e, se nem a Entidade Reguladora verifica esta situação, que haja alguma entidade que a superintenda, que o faça, porque não é possível que os valores apresentados estejam corretos.-----

Disse ainda que tinha pedido anteriormente, embora não tenha ficado registado em ata que, mensalmente, fossem fornecidos os mapas de execução orçamental, o mapa das dívidas a fornecedores, o saldo das operações orçamentais, o mapa das candidaturas a fundos comunitários, a ficha da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e as listagens dos compromissos realizados e não realizados.-----

Em relação à questão apresentada por um munícipe na anterior reunião, respeitante ao circuito/passeios das viaturas, informou que a Câmara Municipal dispõe de uma aplicação de gestão de viaturas que apenas necessita de meios humanos para efetuar o controlo das viaturas municipais, seja por razões de poupança e de racionalidade, como da verificação das manutenções necessárias.-----

Na sequência de um despacho, emitido por si há algum tempo, sobre o cumprimento dos protocolos de apoio financeiro, renova o pedido de verificação dos mesmos, pois existirão alguns que não estarão a ser cumpridos, principalmente no que respeita à entrega da documentação. ---

Sobre a distribuição de pelouros alertou para um lapso, com certeza, de escrita, uma vez que tem "Planeamento Estratégico" e a seguir "Promoção do Desenvolvimento e Planeamento Estratégico"; acrescentou que ficou surpreendido com o anúncio da realização do Convívio Natalício, no âmbito do Cartão do Idoso, durante a semana, a partir das 16:00 horas, e finalizou mencionando a receção do convite para a Ceia de Natal dos trabalhadores da Câmara Municipal, realizado pelo Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal (CCD) que se mantém para as 20:00 horas, como vem sendo hábito.-----

Por último e na sequência da reunião entre o Senhor Presidente e o Senhor Secretário de Estado da Energia, provavelmente sobre a questão da água da Fonte Paulo Luís Martins, solicitou informação sobre a mesma; e em relação à ADRUSE recomendou a alternância da presidência entre concelhos, tendo em conta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia fez dois mandatos consecutivos.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Biscaia interveio para dizer, relativamente à observação do Senhor Vereador José Manuel Cardoso quanto à rotação, embora legítima, do seu ponto de vista, normalmente, há que promover apoios e entendimentos dos associados, sendo que Manteigas também já presidiu à ADRUSE em dois mandatos seguidos. Em seguida, deixou duas notas: a primeira, para dizer que, pese embora o Senhor Presidente tenha proposto aos Vereadores que apresentassem os seus contributos para o Plano de Atividades do próximo ano, decidiu não os remeter, pois entende que a sua participação nesse documento deverá apenas



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ser feita após a apresentação de um documento base; a segunda, sobre o gabinete atribuído aos Vereadores, disse que de facto o espaço atribuído não tem as condições necessárias para o efeito, seja em termos de acessibilidade e qualificação, seja em termos de dignidade da Vereação, pelo que propôs que fosse reconsiderada a decisão, para que a Vereação, de acordo com a legislação em vigor, pudesse ter não só o apoio logístico, como o apoio funcional para desenvolver, com qualidade, a sua função. -----

Adiantou, que tinha recebido uma comunicação, via e-mail, que terá sido igualmente dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, respeitante à Pousada de São Lourenço e alguns dos seus anexos e a posição assumida pelos Baldios de Santa Maria, não só contra a Câmara Municipal, que terá licenciado indevidamente o processo, mas também contra um dos maiores investimentos feitos no Concelho de Manteigas. Neste sentido, e dado que desconhece formalmente este litígio solicitou confirmação sobre se a Câmara Municipal foi, de facto, juridicamente interpelada para estar presente em tribunal, por incompetência formal, e qual a posição que a Câmara terá que assumir relativamente ao investimento em si e à posição dos baldios. -----

Por fim a propósito da sede da Associação Geopark Estrela, informou que o assunto está intrinsecamente ligado com o Centro de Energia Viva de Montanha da Serra da Estrela – Manteigas, sobre o qual a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) pediu informações. De facto, a candidatura feita pela Câmara Municipal de Manteigas, em articulação com a UBI – Universidade da Beira Interior e a ENERAREA – Agência de Energia do Interior, que foi aprovada pelo Turismo de Portugal, no montante de meio milhão de euros, teve uma carta de conforto da Agência Nacional para a Ciência, cuja Presidente, Professora Rosalia Vargas, em visita às instalações, entendeu haver condições para aí ser instalado um Centro de Ciência Viva e Natural e, concomitantemente, a possível sede o Geopark.-----

Voltou a questionar se o Senhor Presidente já havia reunido com a CCDRC e qual era a intenção da mesma querer saber pormenores da candidatura do Centro de Energia de Montanha de Manteigas. Afirmou que importa, por todas as razões, avançar com o projeto rapidamente.----

----- O Senhor Vereador Francisco Elvas interpelou o Senhor Presidente sobre as duas exposições feitas, na última reunião pelo munícipe Sr. António Lucas, relativamente ao Bairro do Alardo, mais concretamente sobre os trabalhos que aí se preveem executar, a sua amplitude e se haverá ou não candidatura, e também se o jardim foi ou não intervencionado e, pela Sra. Guilhermina Roque, no que diz respeito à entrada das águas pluviais para a sua propriedade; qual o ponto de situação para a resolução do problema. -----

Por outro lado, e dando voz às preocupações transmitidas por munícipes, constou-se que a GNR teria emitido cerca de quatrocentos (400) autos de contraordenação, devido à falta de limpeza



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

das propriedades e que a Câmara terá devolvido posteriormente; comunicou que não entendeu este procedimento, tendo solicitado confirmação desta informação. -----

Na estrada regional 338 (ER338) continua a verificar-se a existência de diversas vacas, cujo dono se desconhece, e que se passeiam por um dos sítios mais privilegiados do nosso Concelho – o Covão d’Ametade –, assim como nos estacionamento exteriores, na própria via e baldios limítrofes, conspurcando todo aquele espaço e causando bastante mau cheiro, além do perigo em que colocam os automobilistas que circulam ao longo daquela estrada; sabe que o assunto não é novo, mas é de opinião que tudo na vida tem o seu tempo e, talvez seja a hora dos manteiguenses tomarem alguma medida. -----

Ainda na ER338, verificou-se que foi inscrita a palavra “sionistas” no edifício, localizado no cruzamento com a estrada florestal que segue para a Serra de Baixo/Poço do Inferno, e igualmente desenhada a estrela de David, à semelhança do que já viu noutras placas; solicitou que o edifício fosse pintado de forma a melhorar a imagem daquele imóvel. -----

Referiu ainda, o caminho agrícola ou florestal, existente no Chão de Celorico, a seguir à ponte e do lado esquerdo da estrada que segue para o Poço do Inferno, provavelmente da responsabilidade dos Baldios de São Pedro, e que apresenta um estado de abandono, com deslizamentos de terra, dificultando a circulação de automóveis dos utilizadores daquela via e podendo provocar algum acidente; desconhece se a Câmara Municipal poderá ou não intervir ou, no mínimo exercer alguma pressão para que a entidade responsável intervenha. -----

Por último e sobre o processo dos Baldios de Santa Maria contra a Câmara Municipal de Manteigas, comunicou que, após ter lido o processo, ficou extremamente preocupado, não só pela arrogância e pelo despropósito da ação, como também com a ganância que existe por parte daquela entidade para com a Câmara Municipal, a Pousada de São Lourenço e os manteiguenses; gostaria que o Executivo tivesse uma posição muito clara e frontal sobre este tema, porque do ponto de vista de comunidade, da economia e do social de Manteigas, é um assunto extremamente melindroso; trata-se de um investimento de primordial importância que está a ser posto em causa e não é salutar para Manteigas que um processo, a decorrer em tribunal contra uma entidade que está a investir em Manteigas, seja ventilado para fora do Concelho, porque senão outros investidores começarão a questionar-se se, de facto, vale a pena investir em Manteigas. Informou que gostaria ainda de conhecer o resultado da reunião havida, na semana anterior, entre o Senhor Presidente e os Baldios de Santa Maria.-----

-----O Senhor Presidente começou por dizer que dada a multiplicidade e a diversidade das questões apresentadas, tentaria ser o mais sucinto possível nas respostas; no entanto, as questões já são do conhecimento geral há algum tempo e o tempo de gestão do presente Executivo é tão curto que, dificilmente, será dada uma resposta concreta para a sua resolução. --



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Abordando, desde logo, a questão da Associação Geopark Estrela e no seguimento do que foi dito pelo Senhor Vereador José Manuel Biscaia, comunicou que na reunião havida em Gouveia, abordou a questão da localização da sede, onde falou do Centro de Energia Viva de Montanha, como sendo um equipamento vocacionado para determinadas atividades, e também do enquadramento de Manteigas relativamente às questões geológicas e ambientais, não tendo ouvido qualquer referência à definição da sede da Associação Geopark Estrela no Centro de Energia Viva de Montanha; assim que possível fará chegar a ata da reunião aos Senhores Vereadores. De qualquer maneira, disse que tudo fará para defender o Concelho de Manteigas na instalação da sede da Associação e agradece a informação transmitida.-----

Respondendo às questões apresentadas pelo Senhor Vereador José Manuel Cardoso: sobre as requisições, não tem dúvida que o despacho emitido no dia 25/09/2017 tenha sido cumprido; o certo é que, antes dessa data, já havia fornecimentos à Câmara Municipal que não tinham requisição emitida e que constavam da relação apresentada e, por isso, não constituíam uma dívida para o Município. Tem que haver, de facto, uma relação de confiança, quer com os operadores económicos, quer com os funcionários para não pôr tudo em causa neste momento, pois não existem faturas que o comprovem, não esquecendo que esses valores poderão interferir no prazo médio de pagamento.-----

Sobre a taxa de direitos de passagem, não entende como é que só no fim de um mandato de quatro anos, o Senhor Vereador reconhece que os valores são irrisórios, quase simbólicos; ao contrário, o próprio já os tinha considerado insignificantes e já o tinha referido anteriormente. Apesar de concordar com os factos, considera as afirmações descabidas, despropositadas e fora de tempo.-----

Quanto aos mapas de execução orçamental, serão entregues logo que possível, assim como a ficha da DGAL. Aliás existe uma aplicação para apuramento da informação da gestão financeira, denominada BI Financeiro, adquirida pelo anterior Executivo e ainda não operacionalizada, mas que assim que esteja operacional, permitirá trazer toda a informação solicitada. Os quadros dos compromissos realizados e a realizar são, na sua opinião, bastante elucidativos, mas ficarão ainda mais quando a referida aplicação estiver em funcionamento. O mesmo acontece com a aplicação de gestão das viaturas, que se encontra em situação semelhante, adquirida e não operacionalizada. Considera que foi feita uma acusação, na reunião anterior pelo munícipe presente, que não lhe era dirigida, mas sim ao anterior Executivo; assegurou que a referida aplicação informática será colocada em funcionamento, tentarão que os custos não serão acima do estritamente necessário em virtude do apertado orçamento para o ano de 2018 e seguintes e que as viaturas estarão certamente ao serviço da Câmara. Era expectável que aguardasse mais algum tempo para pedir contas, mas tudo será feito para corrigir os erros.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Em relação aos protocolos de apoios financeiros que não são cumpridos, desconhece o porquê da questão, mas agradeceu a antecipação do assunto, tendo em conta a existência de um ponto na ordem de trabalhos sobre o tema. Se o regulamento não é cumprido, ou seja, se os pedidos não respondem às determinações do regulamento municipal, a solução é o indeferimento, e não continuar a relevar quando se insiste em não cumprir. Negar a atribuição de um subsídio pode, de facto, ser uma medida impopular, mas é o que está definido em regulamento e por isso tem que ser respeitado. Espera para ver a posição que será tomada mais adiante.-----

Relativamente à distribuição de pelouros, havia de facto um erro que foi, entretanto, corrigido. Acrescentou que neste âmbito, tentou não repetir erros do passado, em que havia várias pessoas a trabalhar os mesmos pelouros. Sobre o Convívio Natalício, a Senhora Vice-Presidente responderá, mas sobre o jantar de Natal dos funcionários da Autarquia, esclareceu que é um evento organizado pelo CCD, para o qual também foi convidado, à semelhança dos restantes Vereadores e que, como é do conhecimento geral, é uma entidade autónoma, na qual não manda, nunca o fez, nem nunca o fará.-----

No que respeita à reunião com o Secretário de Estado, confirmou que esteve reunido com ele e com o Diretor Geral, entretanto substituído, e o assunto tinha a ver com o processo da Câmara Municipal relativamente à “reaquisição” da licença de exploração da água da Fonte Paulo Luís Martins; tratou-se de uma conversa preliminar, onde pretenderam ouvir a versão da Câmara. Sabe que possuem um parecer jurídico, que não lhe foi sequer dado a ler, e que existe alguma ambiguidade em todo o processo, pois o Secretário de Estado pode vir a admitir que o despacho efetuado a 14 de março de 2014, através do qual se transferiu a licença de exploração para a empresa de engarrafamento, pode não estar completamente legal. A posição defendida nessa reunião foi no sentido do que foi sendo discutido durante os últimos quatro anos. Do seu ponto de vista, a Câmara Municipal deve seguir com a ação em tribunal até ao fim, seja contra quem for, até que haja uma decisão.-----

Em relação à ADRUSE e à alternância dos mandatos, referiu que o que está em presença na maioria das vezes não é a alternância diplomaticamente conseguida, mas outras questões com que apenas se deparam quando se está no meio, mas acima de tudo conta com a boa vontade das pessoas, com a sua responsabilidade na representatividade das populações, com a serenidade das decisões, deixando de lado o interesse pessoal; haverá marcação de eleições ainda durante o mês de dezembro, desconhecendo o que irá acontecer, apenas que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gouveia já terá manifestado intenção de mudança da Direção. Concorda igualmente com a rotatividade, mas não por conveniência dos territórios, mas assim que sejam conhecidas as hipóteses de alternância, será dado conhecimento em reunião de Câmara.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quanto aos gabinetes atribuídos à Vereação, informou que irá reanalisar a questão, também já anteriormente transmitida pelo Senhor Vereador Francisco Elvas; realçou que, quando esteve na oposição também sentiu necessidade de ter um gabinete, e o que lhe foi atribuído no primeiro mandato, tinha a dignidade suficiente para poder efetuar o seu trabalho, para atender munícipes, embora talvez menos do que os que agora foram definidos; no entanto, é uma questão não encerrada e ele próprio se irá debruçar sobre o assunto. -----

Sobre o e-mail recebido pelo Senhor Vereador José Manuel Biscaia, que também recebeu, achava que o Senhor Vereador fosse a pessoa que melhor conhecesse o processo em litígio entre o Baldios de Santa Maria e a Pousada de São Lourenço, mas pelos vistos estava mal informado. Disse que, enquanto cidadão de Manteigas e também enquanto Vereador, nunca se dissociou do que acontecia no Concelho, e quis saber as versões de ambas as partes, tendo tido acesso, inclusivamente, a um dossier com toda a correspondência trocada. Entende ser mau de mais o que está a acontecer e a determinada altura tentou saber menos do processo, dada a preocupação crescente que sentia. Por isso, acha que nada melhor do que recorrer aos tribunais para resolver este tipo de questões que existem de parte a parte e a litigância vai ao extremo de uma delas pôr em causa o licenciamento da Câmara Municipal e a idoneidade pessoal das pessoas intervenientes no processo. Confirmou que, de facto, tinha recebido os Baldios de Santa Maria na semana anterior, acompanhados do seu advogado. Ao transmitir-lhes o conhecimento da notificação do tribunal sobre a ação intentada contra a Câmara Municipal, o advogado dos Baldios informou que a presença deles tinha como objetivo a negociação. Naturalmente que um licenciamento não é negociável, ou responde aos requisitos legais ou não é licenciado, se foi licenciado é porque cumpria os requisitos. Perante isto não havia mais nada a acrescentar e o processo decorrerá em tribunal. Esclareceu ainda que não é capaz de julgar nem em causa própria nem de terceiros, porque quando há questões legais, o melhor é deixar os tribunais tratar e, por isso não pretende opinar mais sobre este assunto, até porque a Câmara está em tribunal e, como é óbvio, estará lá como seu representante. -----

----- O Senhor Vereador Francisco Elvas interrompeu para dizer que o Senhor Presidente tem razão quando fala tecnicamente, mas não se pode esquecer da vertente política da questão, e que era importante, do seu ponto de vista, a Câmara tomar uma posição. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Biscaia manifestou que o Senhor Presidente estaria acompanhado do restante Executivo na defesa do investimento na Pousada e acrescentou, fazendo o paralelismo com as antigas casas dos guardas florestais, em que as Associações dos Baldios, no geral, não puseram o Estado em tribunal até ao momento, tendo andado a negociar a cedência/aquisição das referidas casas; neste caso, pelos vistos coloca-se o problema de maneira diferente, ou seja, há dois pesos e duas medidas e dois critérios diferentes: para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 341 -

Estado nada dizem, ao contrário do que acontece com o investidor privado que, neste caso concreto, é muito mais relevante para o Concelho do que o Estado. Concorde com a opinião do Senhor Presidente e também do Senhor Vereador Francisco Elvas, mas existe preocupação, porque corre-se o risco do investimento ir por água abaixo e porque estas questões em tribunal podem extravasar para fora do Concelho. Parece que a diferença entre um privado e o Estado, é que o Estado é “respeitado” ou deixado fora da questão e o privado é acusado e, não querendo substituir-se às Instâncias próprias, reiterou a sua preocupação e, entende que se deve fazer chegar uma mensagem aos Baldios de Santa Maria que, embora o processo vá para tribunal, não se tomem medidas que bloqueiem as obras. -----

-----O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Francisco Elvas que não o fará nem o aconselha a tomar qualquer partido neste processo, deixando ao critério do Senhor Vereador a sua ação. Repetiu que, conhecendo o processo a sua posição mantém-se. -----

Continuando as respostas às questões apresentadas e no que respeita ao Bairro do Alardo, informou que o bairro já precisa de ser recuperado há bastante tempo, mas adiantou que há-de haver no orçamento uma parcela para a eventual reparação, caso haja candidatura aprovada à eficiência energética, porque caso contrário a Câmara dificilmente conseguirá fazê-lo; quanto à questão da D. Guilhermina, o problema existe há bastante tempo e embora ainda não tenha sido possível, o assunto foi já encaminhado para a Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo (DPOU) para análise de custos e respetiva execução. -----

Sobre os autos emitidos pela GNR, entende que quatrocentos (400) autos será um número exagerado, mas foram de facto alguns e, após encaminhamento para o gabinete jurídico foi emitida uma informação, que será enviada para o Senhor Vereador para conhecimento, dizendo que esta era uma questão da competência da GNR e não da Câmara Municipal, daí a devolução dos autos àquela entidade. -----

De seguida e sobre a existência de animais (vacas) na ER338, informou que também recebeu a comunicação sobre o assunto e sobre as fotos das inscrições no edifício identificado; sobre esta questão, já reforçou um pedido de reunião com o Senhor Diretor Regional do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), acrescentando que a responsabilidade é de quem aplica e gere o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, porque para além da zona urbana do Concelho, nada é da responsabilidade do Município, mas do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

Sobre o caminho da Cerca que é o caminho florestal identificado pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, disse que essa situação era uma preocupação antiga, uma vez que o caminho não chega às habitações que ali existem. Além da necessidade de limpeza, é preciso encontrar



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

uma solução para que o mesmo seja conduzido até às habitações, para que os seus moradores não tenham que efetuar o restante trajeto a pé. -----

Em seguida, deu a palavra à Senhora Vice-Presidente para responder à questão do Convívio Natalício do Cartão do Idoso. -----

----- A Senhora Vice-Presidente estranhou a surpresa do Senhor Vereador José Manuel Cardoso relativamente à atividade do Cartão do Idoso ser um lanche ajantarado, a decorrer entre as 16:00 horas e as 20:00 horas, com animação à tarde, em época de inverno. O que a surpreendeu-a, na verdade, foi que nos mandatos anteriores tenha sido realizado um jantar na Casa da Roda, para pessoas séniores, na sua maior parte com idade superior a 65 anos, sem transporte e que tiveram de se deslocar depois das 23:00/24:00 horas para a vila a pé ou através de uma boleia; esclareceu que não gosta da palavra caridade, preferindo ser solidária e realizar um convívio deste tipo às 20:00 horas era mais caridade e, do seu ponto de vista, a população de Manteigas precisa apenas de solidariedade. Neste sentido, às 16:00 horas tem a certeza que todas as pessoas irão estar na festa, que decorrerá no centro da Vila, proporcionando uma fácil deslocação, e às 20:00 horas ficarão satisfeitas porque já poderão estar nas suas casas, descansadas, porque tiveram uma tarde na companhia de amigos e familiares.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Cardoso pediu a palavra para dizer que infelizmente vê as pessoas muito viradas para o passado e pouco viradas para o futuro. A maior parte dos assuntos apresentados, nem sequer são questões, são antes contributos ou informações que presta à Câmara: referiu a gestão de viaturas, porque conhece as dificuldades que existem por parte dos serviços externos na execução das ordens de serviço, refletindo-se depois na eficácia da contabilidade de custos e, por outro lado, conhece-se a localização das viaturas, o que se gasta e em que obra/serviço específico. Em relação às requisições comunicou que no mandato anterior nunca apresentou a lista de requisições encontradas após a tomada de posse e, no entanto, ela existia e apresentava cerca de quarenta e duas requisições, com serviços prestados cerca de sete meses antes, e não uma ou duas semanas antes como é agora o caso. Sobre os compromissos, conforme ficou inscrito em ata, os compromissos não realizados foram transformados em dívida. Quanto aos protocolos, só informou que tinha emitido um despacho, dirigido a ambos os chefes de divisão, para se verificar o cumprimento dos mesmos, porque a informação recebida até ao final do mandato foi muito parcelar; não se tratou de nenhuma chamada de atenção e no que respeita a este assunto, verifica que o Senhor Presidente mudou de ideias relativamente ao cumprimento rigoroso do regulamento, comparando com os dois mandatos anteriores. -----

Ainda sobre a Ceia de Natal no âmbito do Cartão do Idoso, nos últimos anos o problema do transporte e da mobilidade nunca se colocou, uma vez que a Câmara Municipal sempre



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disponibilizou o autocarro para efetuar as deslocações necessárias, além de que as últimas edições foram igualmente realizadas na sede da Banda Boa União – Música Velha; a sua surpresa, que nem é positiva, nem negativa, tem apenas a ver com o facto de achar que as pessoas poderão ter maior disponibilidade ao fim de semana, ao início da noite, do que num dia da semana durante a tarde. Relativamente ao CCD, naturalmente que é uma entidade autónoma e isso nunca foi questionado, apesar da respetiva despesa ter sido, desde sempre, da Câmara Municipal.-----

-----A Senhora Vice-Presidente interveio para acrescentar que uma coisa nada tem nada a ver com a outra: uma coisa é o lanche sénior para pessoas com mais de 65 anos, titulares do Cartão do Idoso, que está a ter uma boa aceitação (há mais inscrições do no ano passado), e outra é o jantar dos trabalhadores da Câmara Municipal; são decisões diferentes e autónomas. Ao contrário das afirmações do Senhor Vereador, o objetivo é trabalhar no presente e construir um futuro melhor para Manteigas, porque provavelmente o que se fez no passado pode não ter sido o melhor.-----

Ordem do Dia.-----

Conhecimento da informação nº 26/2017/ABSP, datada de 13 de novembro de 2017, referente às aquisições de serviços 2016/2017 – Comparativo.-----

-----Foi presente, para conhecimento, a informação nº 26/2017/ABSP, datada de 13 de novembro de 2017, referente às aquisições de serviços 2016/2017 – Comparativo.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Cardoso fez dois apontamentos sobre este ponto: primeiro, referiu que a informação apresentada inclui os contratos cofinanciados, ao abrigo do artº 49º da Lei do Orçamento de Estado que estão excecionados; pensa não haver risco de ultrapassar os valores de 2016, na globalidade; em segundo lugar e desconhecendo o que dispõe o Orçamento de Estado para 2018, referiu a situação de limite de contratação que retirou alguma autonomia às câmaras municipais, e que gerou muitas confusões e pareceres, embora em 2017 o Presidente da Câmara tenha mais poderes do que tinha em 2016 e que gerou muitas confusões e pareceres. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que os valores de 2017 não ultrapassaram os de 2016, mas a informação aponta que, em determinadas rubricas, essa situação aconteceu e a informação é presente a reunião de Câmara, uma vez que a lei, possibilita excecionar o não cumprimento através de despacho do Presidente da Câmara. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

Conhecimento e decisão sobre a informação registo nº 3212, datada de 10 de novembro de 2017, do Gabinete de Educação, Juventude e Ação Social, referente à comparticipação na aquisição de medicamentos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Foi presente, para conhecimento, a informação, registo nº 3212, datada de 10 de novembro de 2017, do Gabinete de Educação, Juventude e Ação Social, referente à comparticipação na aquisição de medicamentos: -----

----- O Senhor Presidente apresentou o ponto, dizendo tratar-se, do seu ponto de vista, de um caso preocupante, pois existe uma carta da Câmara Municipal, datada de 17/08/2017 (uma época pré-eleitoral), a informar os munícipes, titulares do Cartão do Idoso, da aprovação de um novo mecanismo de financiamento para os medicamentos e dizendo para se dirigirem ao Balcão Único Municipal; no entanto, o regulamento respetivo só foi publicado, em Diário da República, no dia 16/10/2017, o que significa que os munícipes dirigiram-se à Câmara para se candidatarem a um apoio que ainda não estava legalmente em vigor, porque apenas produzia efeitos após a sua publicação. A informação, aqui presente, diz que o Balcão Único Municipal aceitou os requerimentos dos munícipes candidatos, mas desconhece, nem acredita, na eventual autonomia daquele serviço para reter as referidas candidaturas e não lhes dar o devido encaminhamento para despacho; sabe que, de facto, as coisas não acontecem assim. Neste sentido, propõe ao restante Executivo que este assunto vá para o Gabinete Jurídico a fim de apurar se existiam, ou não, condições para a concessão de subsídios antes da publicação em Diário da República.-----

----- A Senhora Vice-Presidente pediu a palavra para dizer que, de facto, na altura em que a carta foi enviada aos munícipes, não havia qualquer regulamento sobre esta matéria, tendo sido apenas publicado em Diário da República, em outubro e não é possível analisar um documento, quando não existe uma base legal. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Cardoso disse que, embora não tivesse sido publicado, o regulamento estava aprovado desde 30 de junho, data da Assembleia Municipal, bastando, para isso, verificar a tramitação do processo. Adiantou que, após a Assembleia Municipal, mandou divulgar e publicitar o regulamento, já devidamente aprovado que, numa situação normal demoraria cerca de dez dias e, no caso concreto, demorou mais de três meses, uma vez que o processo também terá sido devolvido pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pelo menos três vezes. Quanto ao envio da carta, informou que constitui dever e obrigação da Câmara Municipal divulgar os apoios quando são aprovados. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Biscaia interveio para referir que, o que é importante, é esclarecer porque é que o Balcão Único Municipal aceitou os requerimentos, apesar de alguém lhe ter dado instruções em contrário, como aqui foi dito. Quem é que disse para não aceitarem e qual a legitimidade para o fazer? do seu ponto de vista não é necessário mandar o Gabinete Jurídico averiguar. Mais referiu que o Balcão Único Municipal devia dar informações, como diz a carta. Na sua opinião, fez bem em receber os requerimentos apresentados. Não o fazer é que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 345 -

seria mal, pois não pode ser negada a entrega de nenhum documento, tendo ainda a obrigação de dar ao munícipe uma quitação do mesmo; a partir daí, deveria ser dado seguimento para despacho e não ficar retido. A carta está correta. -----

-----O Senhor Presidente clarificou que não estava em causa o procedimento, mas o que está por de trás desse procedimento e, repetiu, que não acredita, nem aceita que se sacrifiquem os dois funcionários ao serviço no Balcão Único Municipal por terem retido os processos, porque alguém assim os instruiu. De qualquer maneira, há sempre a possibilidade de se promover um inquérito aos referidos funcionários, a fim de que eles se pronunciem sobre os factos, se agiram por iniciativa própria, mesmo depois de lhes ter sido dito para não o fazerem, se o fizeram, porque não submeteram os requerimentos a despacho e quem deu instruções para ficarem parados. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas relativas à utilização do Auditório do Centro Cívico, formulado pelo Projeto Mais Social.-----

-----Foi presente, para apreciação e deliberação, o pedido de isenção de taxas relativas à utilização do Auditório do Centro Cívico, formulado pelo Projeto Mais Social:-----

Após um breve esclarecimento sobre a constituição da entidade supra indicada (parceria informal de três entidades de solidariedade social), foi submetida a votação, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Deliberação sobre a informação nº 3377, datada de 27 de novembro de 2017, referente à concessão de apoios financeiros no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Pessoas Coletivas e/ou Singulares com Atuação Recreativa, Cultural, Desportiva, Social ou de outra Natureza.-----

-----Foi presente, para apreciação e deliberação, a informação nº 3377, datada de 27 de novembro de 2017, referente à concessão de apoios financeiros no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Pessoas Coletivas e/ou Singulares com Atuação Recreativa, Cultural, Desportiva, Social ou de outra Natureza.-----

-----A Senhora Vice-Presidente apresentou o ponto, dizendo que a comissão reuniu para analisar as candidaturas apresentadas na informação e, que após análise nos termos do regulamento em vigor, verificou que as mesmas não reuniam os requisitos, sendo um deles o prazo, pelo que propunham o seu indeferimento.-----

-----O Senhor Presidente interveio para dizer que, no seguimento das declarações anteriores, mantém a sua opinião, ou seja, não cumprindo o disposto no regulamento, não é atribuído



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

subsídio, nem deve ser dada qualquer possibilidade adicional para apresentarem os documentos em falta, até porque o final do ano económico aproxima-se. -----

----- O Senhor Vereador Francisco Elvas pediu a palavra para dizer que concorda que as regras são para serem cumpridas; no entanto, chamou a atenção para o caso específico dos escuteiros, que pelas informações que tinha, o seu ano fiscal era diferente do ano fiscal normal, pelo que, se se confirmar essa informação, sugeria alguma maleabilidade, em termos de prazo para apresentação das contas. De qualquer maneira, comunicou que tentaria obter informações mais concretas e atualizadas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Biscaia também concorda que a lei é para ser cumprida e entende que a determinada altura tem que deixar de haver cedências, no entanto, durante o ano de 2017 foram concedidos uma série de subsídios a entidades que entregaram a documentação fora de prazo; assim, dá a ideia de se estar a criar uma injustiça relativa, pois durante o ano foram aprovadas candidaturas com incumprimento de prazos e neste momento, as três associações em causa, não terão aprovado o seu subsídio. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o regulamento, aprovado pela Assembleia Municipal, não faz exceções, pelo que, relativamente aos escuteiros, teria de se efetuar uma alteração ao regulamento. Por outro lado, reiterou a sua posição, acrescentando que mesmo que dessem um alargamento de prazo até 31 de dezembro, não lhe parece que fosse suficiente, em virtude das hipóteses dadas anteriormente. Neste sentido, acha que é altura de se começar a fazer cumprir o regulamento, para que não sejam injustos para com as associações que cumprem os prazos e demais requisitos de acesso aos subsídios. -----

----- A Senhora Vice-Presidente aproveitou para informar que irá ser realizada uma sessão de esclarecimento sobre o regulamento municipal em causa, com todas as associações e coletividades do Concelho, com o objetivo de as esclarecer e sensibilizar para os prazos de submissão de candidaturas e apresentação dos documentos.-----

----- Os Senhores Vereadores José Manuel Cardoso e José Manuel Biscaia comunicaram a sua abstenção neste ponto, tendo o Senhor Vereador José Manuel Biscaia justificado com base no histórico do ano de 2017, em que houve incumprimentos e, ainda assim, foram atribuídos subsídios. -----

Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereador José Manuel Cardoso e José Manuel Biscaia, aprovar a proposta apresentada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Deliberação sobre a alteração nº 15 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

----- Foi presente, para apreciação e deliberação, a alteração nº 15 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Finanças Municipais. -----

-----Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de cento e vinte e oito mil trezentos e oitenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos (128.387,94€).-----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezoito horas e vinte minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim Gabriela
Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

Francisco José Botelho
Francisco José Botelho
Francisco José Botelho
Francisco José Botelho
Francisco José Botelho



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

